

Projecto-Resolução n.º 465/XV/1ª

Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias para a regularização dos Serviços Consulares, Embaixadas e Missões Diplomáticas de Portugal no Estrangeiro

Exposição de motivos

Estiveram no passado ano de 2022 em curso diversos abaixo-assinados dos trabalhadores dos Consulados, Embaixadas e missões diplomáticas de Portugal no Estrangeiro, que revelaram um descontentamento geral, transversal a diversos serviços e países onde estão instalados.

São exemplo disso mesmo os Funcionários Consulares do Rio de Janeiro, Brasil, Funcionários da Embaixada de Portugal em Berna, Suíça, Funcionários do Vice-Consulado de Portugal em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, Funcionários do Consulado Geral de Portugal em Nova Iorque, Estados Unidos da América, Funcionários da Embaixada de Portugal em Londres, Inglaterra, entre outros.

As reivindicações, comuns a todos, a que todos os Grupos Parlamentares tiveram o devido acesso, e que nos são merecedoras da maior atenção dada a importância que o bom funcionamento destes organismos têm para o país e para as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo não podem de forma alguma passar ao lado do Governo, como não passaram ao lado do Grupo Parlamentar do CHEGA.

Na verdade, estamos a falar das seguintes questões, que se passam a enumerar:

- Negociação da revisão das tabelas salariais, tendo inclusivamente esta sido considerada inadiável pelo anterior Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, não tendo, no entanto, dado qualquer consequência;
- Actualização extraordinária da Tabela Salarial do Brasil, enquanto não se finaliza a revisão do conjunto das tabelas salariais, alegadamente prometida para o ano de 2022;

- Publicação do “novo mecanismo de correcção cambial que consagra as perdas acumuladas”, e que aparentemente já terá sido “negociado e consensualizado com responsáveis governamentais da mesma esfera política há 2 anos”;
- Aplicação do factor extraordinário de correcção cambial para repor os salários auferidos em 2014, enquanto não é publicado o novo mecanismo de correcção cambial com retroactividade a Janeiro de 2022;
- Publicação da regulamentação dos salários dos trabalhadores dos Centros Culturais de Camões no estrangeiro, também com texto alegadamente negociado e consensualizado com responsáveis governamentais há 2 anos, estando os trabalhadores em causa a auferir os mesmos salários desde 2009;
- Protecção Social, princípio constitucional alegadamente não respeitado, estando ao serviço do Estado Português funcionários sem direito a segurança social, protecção na saúde e direito a reforma;
- Reforços de Recursos Humanos.

Não pode este Grupo Parlamentar deixar de lamentar que seja Portugal e as suas Comunidades no estrangeiro confrontadas com problemas permanentes, decorrentes da mais absoluta inépcia do Governo no que a isto diz respeito, bem como também não se pode conformar com a falta de valorização destes profissionais e das importantes funções que desempenham.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a audição urgente do Exmo. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas sobre estes assuntos.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, recomendam ao Governo que:

Durante o ano 2023, proceda à:

- a) Finalização da negociação da revisão das tabelas salariais, num novo impasse face à contraproposta apresentada pelos trabalhadores no passado dia 31 de Janeiro;
- b) Publicação do novo mecanismo de correcção cambial que consagra as perdas acumuladas;
- c) Aplicação do factor extraordinário de correcção cambial;
- d) Publicação da regulamentação dos salários dos trabalhadores dos Centros Culturais de Camões no estrangeiro;
- e) Contratação de recursos humanos, em número aproximado de 500 trabalhadores, em falta nos locais com mais carência de pessoal, já que as 133 vagas abertas se mostra verdadeiramente insuficiente face às necessidades do sector.

Palácio de São Bento, 14 de Fevereiro de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -

Rui Afonso - Rui Paulo Sousa